

TÍTULO

Desenvolvimento Sustentável Visto por uma perspectiva marxista

Autor: Antonio Pereira de Oliveira¹

¹ Aluno do Programa de Pós-Graduação de Sociologia do IFCH — UNICAMP. Nível Doutorado. Bolsista da FAPEAM. Orientando da Professora Dra. Leila da Costa Ferreira. <u>Aoliveira16@yahoo.com.br</u>



Resumo

Na afluência da formação de uma consciência pública da crise ambiental global se gerou igualmente uma preocupação em substituir o modelo de desenvolvimento, visto como predatório, por um outro de caráter sustentável. Assim, após um intenso processo, se chegou a formulação do *desenvolvimento sustentável*. Um conceito que desde o seu início foi foco de inúmeras abordagens. Prevalecendo, porém, no âmbito das instituições multilaterais de financiamento, a que melhor se ajustou aos horizontes de reprodução social em vigor. Ou seja, aquela que une crescimento econômico com preservação ambiental. Neste artigo, pretendemos abordar esse tema por uma perspectiva crítica, marxista, ancorada na leitura desenvolvida por István Mészáros. Pensamos pôr em questão a tese do desenvolvimento sustentável no fluxo de expansão permanente do sistema do capital. Isto significa pensar essa possibilidade de desenvolvimento, no quadro de um sistema historicamente determinado, cujas características principais são: máximo de eficiência na extração do excedente da força de trabalho; processo de expansão incontrolável; e, apropriação da natureza de forma predatória.

Palavras Chaves: Desenvolvimento Sustentável; Natureza; Marxismo

Abstract

In the context of the formation of a public awareness of the global environmental crisis, there was also a concern to replace the development model, seen as predatory, with a sustainable one. Thus, after an intense process, the formulation of sustainable development was reached. A concept that from the outset has been the focus of numerous approaches. However, within the framework of multilateral lending institutions, it is best to adjust to the existing social reproduction horizons. That is, the one that combines economic growth with environmental preservation. In this article, we intend to approach this theme through a critical, Marxist perspective, anchored in the reading developed by István Mészáros. We are thinking of calling into question the thesis of sustainable development in the flow of permanent expansion of the capital system. This means thinking about this possibility of development, within the framework of a historically determined system, whose main characteristics are: maximum efficiency in the extraction of surplus labor; uncontrollable expansion process; and, appropriation of nature in a predatory manner.

Key words: Sustainable development; Nature; Marxism



1 - Introdução

A existência da crise ecológica já é parte constitutiva de uma consciência pública mundial. É possível afirmar que as Conferências das Nações Unidas de Estocolmo, em 1972, e do Rio de Janeiro, em 1992, tiveram papel preponderante na formação dessa consciência pública. A própria realidade levou cientistas de várias áreas do conhecimento a advertir sobre os limites estruturais postos com a ampliação da escala de produção global. O debate sobre a chuva ácida, o aumento da temperatura da terra, o aumento populacional, a degradação dos solos, poluição das águas, a perda da biodiversidade e a desertificação de extensas regiões, colocou um ponto de interrogação sobre o estilo de vida e sobre o modelo de desenvolvimento adotado.

Também é correto afirmar – como veremos posteriormente – que a percepção de que estamos diante de um perigo ecológico mundial ocorre justamente quando a expansão desenfreada das relações de produção social existente atinge limites que se apresentam como irremediáveis, inclusive sob um novo influxo do conhecimento científico e da emergência de um novo padrão tecnológico. O que potencializa ainda mais a apropriação da natureza e a formação de novos mercados, desaguando na ampliação das fontes de lucros.

As duas conferências acima mencionadas foram antecedidas por estudos, os quais delinearam os padrões e as consequências do estilo de vida adotado pela civilização moderna. Neles, estão assinalados os limites suportáveis e os perigos irreversíveis para a continuidade do sistema de produção e para a própria existência humana.

O relatório do Clube de Roma², conhecido como *Limites do crescimento*, que antecedeu a Conferência de Estocolmo, faz um diagnóstico do que denominou "dilema da humanidade", com o objetivo de "examinar o complexo de problemas que afligem os povos de todas as nações: pobreza em meio a abundância; deterioração do meio ambiente; perda de confiança nas instituições", etc. Nesse estudo se analisou os elementos limitantes do crescimento no planeta: população, produção agríco-

_

² "Uma organização informal, descrita, com muita propriedade, como um 'colégio invisível'. Suas finalidades são mover o entendimento dos componentes variados, mas interdependentes – econômicos, políticos, naturais e sociais – que formam o sistema global em que vivemos; (...) O Clube de Roma continua sendo uma associação informal e internacional, com um quadro de associados que se eleva agora a aproximadamente setenta pessoas de vinte e cinco nacionalidades. " MEADOWS, Donella H. et al, Limites do crescimento, São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 9 e 10.



la, recursos naturais, produção industrial e poluição³. Suas conclusões advertiram – com certa ênfase – para a necessidade de uma mudança de curso sob pena de um colapso total do sistema e o risco da própria existência humana. Preconizou a existência do que conceituou estado estacionário, capaz de equilibrar crescimento demográfico, produção, utilização dos recursos e estilo de vida.

O Relatório Bruntland (1987), conhecido como *Nosso Futuro Comum*, que antecedeu a Conferência do Rio de Janeiro, discutiu o modelo de desenvolvimento adoptado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, ressaltando os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. Propôs o desenvolvimento sustentável, cuja definição genérica se constitui como *aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades* (CMMAD, 1991, p. 16).

Em torno dessa definição genérica se constituíram distintas abordagens. Contudo, o interesse deste artigo não passa pelo exame pormenorizado das abordagens, mas apenas e tão somente sublinhar, para efeito de discussão, o seu caráter normativo, de controle, sobre os impulsos de expansão universalistas que estariam na base da deterioração da natureza e, portanto, comprometendo a vida no planeta. Nos interessa responder em que medida é possível exercer algum controle sobre o crescimento econômico conservando o quadro geral do sistema do capital.

Então, as questões que se colocam são: É possível o capitalismo alcançar patamares mais humanizados e ecológicos? É possível controlar a lógica expansionista e de reprodução capitalista, a partir de mecanismos exteriores a ele, sem que precise superá-lo? Este não parece um debate fácil. Porém, é importante fazê-lo como parte de um debate em andamento e que apontam para questões substantivas que se cruzam com a perspectiva de um desenvolvimento sustentável.

Para realizar essa tarefa, tomamos como fonte de inspiração e eixo interpretativo a análise feita por István Mészáros, que, embora se debruce sob uma perspectiva de um escopo bem mais abrangente, fornece instrumentos que nos possibilitam tratar essas questões de maneira crítica, levando em conta os limites impostos pelo *sistema do capital*. Porém, em algum momento vamos trazer para o de-

-

³ **Idem**, p. 11.



bate, com o intuito de ressaltar a abordagem principal, outros autores que por outros caminhos discutem também os dilemas e as contradições que atravessam de forma obliqua o início do século XXI.

Assim, iniciaremos pela relação do capitalismo com a destruição socioambiental, em seguida discutiremos o caráter de incontrolabilidade do sistema do capital e, finalmente, discutiremos os limites do desenvolvimento sustentável.

2 – Capitalismo e destruição socioambiental

Como parte da consciência pública sobre a crise ecológica e os perigos que se inserem nessa equação, em meio a perplexidade de muitos e algum grau de ceticismo de outros, impõe-se uma interrogação: como chegamos nessa situação? Embora os estudos mencionados acima tenham logrado atingir um número amplo de pessoas e contribuído para a internalizar essas preocupações na agenda mundial de instituições e países, os seus limites foram e continuam sendo questionados por uma perspectiva crítica. E não somente por marxistas, mas também por autores que se propõem a uma crítica social por fora do marxismo. Iniciaremos esse debate por um desses autores, para em seguida tratar da abordagem realizada por Mészáros.

Ulrich Beck⁴ (2010), fala da emergência de uma *sociedade de risco*, a qual tem seu cerne na segunda fase da modernidade. Nessa fase a indústria moderna existe em todo o globo, impulsionada por um dinamismo autônomo irrefreável. E o que caracteriza essa sociedade? É uma sociedade distinta daquela em que os efeitos destrutivos da indústria eram residuais e facilmente absorvidos e integrados pelo sistema. Hoje, esses efeitos já não podem mais ser encarados como acidentais ou como danos colaterais. São compartilhados por todos, indistintamente. O mesmo movimento que produz a riqueza reproduz igualmente os riscos. "Na modernidade tardia, diz o autor, a produção social de riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos" (Beck, 2010, p. 23).

Essa sociedade emerge, segundo Beck (2010), quando os perigos da sociedade industrial começam a dominar os debates e conflitos públicos, tanto políticos quanto privados. E, justamente nesse caso as instituições da sociedade industrial tornam-se os produtores e legitimadores das ameaças que não

-

⁴ Ulrich Beck, colaborador esporádico de Giddens, é um democrata radical, para quem o comunismo e o socialismo da 'primeira modernidade' europeia são ideias 'gastas'" THERBORN. Göran, 2012, p. 134.



conseguem controlar (BECK, 2012: 17). A sociedade de risco pode ser descrita como uma fase do desenvolvimento da sociedade moderna onde os riscos sociais, políticos, ecológicos e individuais, criados pelo momento da inovação, iludem cada vez mais as instituições de controle e proteção da sociedade industrial (BECK, 2012).

Para o autor a passagem para a sociedade de risco "ocorre de forma indesejada, despercebida e compulsiva no despertar *do* dinamismo autônomo da modernização, segundo os padrões dos efeitos colaterais latentes" (BECK, 2012: 17). Esse dinamismo autônomo está presente desde o início da modernidade industrial e constitui sua essência. Um dinamismo no qual "as certezas da sociedade industrial (o consenso para o progresso ou a abstração dos efeitos e dos riscos ecológicos) dominam o pensamento e a ação das pessoas e das instituições na sociedade industrial" (BECK, 2012: 17). Esse impulso inicial, ao se exacerbar, gera uma nova realidade independente de desejos ou objetivos pessoais. Um processo objetivo, inerente ao próprio dinamismo da sociedade.

Para o autor, portanto, os efeitos deletérios existentes na sociedade hoje, inclusive a crise ecológica, se insere nas determinações de um processo inteiramente objetivo, o dinamismo autônomo presente nos primórdios do modelo industrial, o qual imprime no espírito dos indivíduos uma certeza e um consenso em relação ao progresso.

E interessante notar a similitude desse pensamento com a dos autores marxistas no que se relaciona ao impulso em direção ao universal. Mészáros (2011) afirma que nenhuma forma social pretérita teve um caráter tão totalizador como esse controlado pelo sistema do capital. No entanto, a chave para explicação de seu caráter destrutivo se encontra não na modernidade, mas numa forma específica de relações de produção – a do sistema do capital. A qual se caracteriza por um tipo de relação totalmente distinto das formas sociais pretéritas. O capitalismo inaugura um novo tipo de relação social de produção e é nele que devemos buscar as explicações para as contradições que atualmente estão expostas mundialmente.

Para Mészáros (2011), os aspectos negativos do sistema, em seus primeiros momentos, foram ignorados e apenas alguns poucos socialistas, entre eles Karl Marx, captaram as suas dimensões contraditórias, em suas análises. Em outros termos, a crise ecológica que se pronuncia atualmente no hori-



zonte da consciência pública mundial, como um perigo para existência da humanidade, tem sua correspondente na gênese e no desenvolvimento do próprio *sistema do capital*.

Em "O segredo da acumulação primitiva", Marx nos mostra as condições fundamentais, para que se dê a produção capitalista. Como ele mesmo assinala: "... é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadoria se defrontem e estabeleça contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra da força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, da força de trabalho" (Marx, 2013, p. 786).

Essas condições fundamentais assinaladas, além de inaugurar relações de produção inteiramente novas daquelas existentes nas formações sociais pretéritas, pressupõe a separação do produtor de seus meios de produção, o que representa não apenas uma violência em si, como também se deu de forma violenta, com a expropriação dos camponeses de suas terras como é denunciado por Marx. Por outro lado, ainda nesse mesmo movimento – relativo a acumulação primitiva –, se situa a exploração de outros continentes e a pilhagem de suas riquezas naturais. Ou seja: "A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio da Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista " (Marx, 2011, p. 821). Esses eventos que se encontram na aurora da produção capitalista, como bem acentua Marx, revelam a natureza das relações sociais de produção sob o domínio do capital. Demonstram a sua incomparável tendência para a expansão sem se importar com os obstáculos ou restrições sejam culturais, sociais ou naturais, para realizar-se e reproduzir-se. E é assim porque, como destaca Mészáros: "Em si, o capital não é mau nem bom, mas 'indeterminado' em relação aos valores humanos. No entanto, essa 'indeterminação' abstrata, que o torna compatível com o progresso concreto sob circunstâncias históricas favoráveis, adquire uma destrutividade devastadora quando as condições objetivas associadas às aspirações humanas começam a resistir a seu inexorável impulso expansionista" (Mészáros, 2011, p. 252).

Considerando a citação acima, a descrição feita por Eduardo Hughes Galeano, em sua obra "As veias abertas da América Latina", sobre o processo de colonização e de extração de minério desse subcontinente, e que está relacionado com a acumulação original, ilustra bem esse caráter destruti-



vo, não somente em relação a devastação da cultura dos nativos, mas também do genocídio e da degradação da natureza.

"Os índios das Américas somavam entre 70 e 90 milhões de pessoas, quando os conquistadores estrangeiros apareceram no horizonte; um século e meio depois tinham-se reduzido, no total, a apenas 3,5 milhões. Segundo o marquês de Barinas, entre Lima e Paita, onde viveram mais de dois milhões de índios, não sobraram mais do que quatro mil famílias indígenas, em 1685" (Galeano, 1980, p. 28).

"... entre 1616 e 1619, o visitador e governador Juan de Solórzano fez uma investigação sobre as condições de trabalho nas minas de mercúrio de Huancavélica: "... o veneno penetrava na medula, debilitando todos os membros e provocando um tremor constante, morrendo os operários, em geral, no espaço de quatro anos", informou ao Conselho das índias e ao monarca" (Galeano, 1980 p. 29.)

Os trechos mencionados nos remetem aos primórdios de formação do sistema do capital, onde se observa os efeitos de sua expansão em suas primeiras fases e quando esses efeitos eram tidos como residuais e facilmente ignorados. E, assim como solapou as formas sociais de produção pretéritas em seu próprio continente, venceu obstáculos materiais, envolveu outros continentes em sua órbita de expansão e, com a mesmo impulso avassalador, adequou formas de exploração, destruiu culturas, ceifou vidas, exauriu riquezas naturais e permaneceu se expandindo indefinidamente, inaugurando novas fases de desenvolvimento e imprimindo novas contradições.

A indústria moderna constitui parte desse desenvolvimento avassalador, e em suas distintas fases imprimiu, em um ritmo mais acelerado, o mesmo processo universalizador, orientado pela mesma lógica de controle sociometabólico próprio do sistema do capital. Foi essa tendência universalizadora do capital, que nos trouxe ao ponto em que hoje estamos, emanou de seu 'impulso ilimitado e infinito para superar a barreira limitadora', qualquer que tenha sido esta: obstáculos naturais ou fronteiras culturais e nacionais (Mészáros, 2011, p. 252).

Para Mészáros, as dificuldades atuais não se restringem apenas ao fato de os perigos hoje serem muito maiores do que em qualquer outro momento, mas também porque o sistema do capital global atingiu uma situação contraditória de maturação e saturação. *Os perigos agora se estendem por todo o planeta, consequentemente, a urgência de soluções para eles, antes que seja tarde demais, é especialmente severa* (Mészáros, 2011, p. 95).

Segundo ele, "... hoje é impossível pensar em qualquer coisa associada às condições elementares da reprodução sociometabólica que não esteja letalmente ameaçada pela forma como o capital se relaciona com elas:



a única que ele conhece. Isso não vale apenas para as exigências de energia da humanidade ou para a administração dos recursos naturais e dos potenciais químicos do planeta, mas para todas as facetas da agricultura global, inclusive a devastação em grande escala das florestas e a maneira irresponsável de tratar o elemento sem o qual nenhum ser vivo pode sobreviver: a água" (Mészáros, 2011, p. 253).

3 – Incontrolabilidade do Sistema do capital

Diferente das fases anteriores, pesquisas promovidas pelas diversas instituições científicas e agências multilaterais demonstram que a natureza evidencia sinais de esgotamento de suas potencialidades, obstaculizando a expansão incessante da produção mercantil, tanto pela escassez de matérias-primas como pela dimensão dos danos sociais, políticos e econômicos causados à natureza (Freitas, 2010; Silva, 2010).

Como vimos, a destrutividade que chegou a níveis exponenciais e insustentáveis, é parte constitutiva das relações sociais sob o domínio do capital. Esses elementos que já estavam presentes na aurora da formação do sistema, pelo seu próprio caráter, se universalizou e atingiu níveis insuperáveis. O que parecia residual e possível de equacionamento no âmbito do próprio sistema, se transformou em uma contradição irremediável no seu próprio fluxo contínuo, permanente e incontrolável.

A análise histórica do processo de gênese, formação e consolidação do capitalismo em escala planetária nos permite enxergar as alterações permanentes. "... os mercados continuaram sempre a crescer, a procura sempre a subir. Mesmo a manufatura não mais atendia ao necessário. Em conseqüência, o vapor e as máquinas revolucionaram a produção industrial. O lugar da manufatura foi ocupado pela gigantesca indústria moderna, o lugar da classe média industrial pelos milionários industriais, os líderes de completos exércitos industriais, a burguesia moderna" (Marx e Engels, 2003, p. 27).

Concomitantemente, a medida em que se desenvolvia, rompendo barreiras e vencendo todos os tipos de restrições, fossem elas econômicas, políticas, culturais ou naturais, o capital ia moldando o mundo à sua imagem e semelhança. Esse impulso em direção ao universal constitui sua marca distintiva e, como nos chama atenção Mészáros (2011), é próprio de sua natureza. Um trecho do Manifesto ilustra bem isso: "A revolução contínua da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a eterna agitação e certeza distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Suprimem-se todas as relações fixas, cristalizadas, com seu cortejo de preconceitos e ideias antigas e veneradas; todas as novas relações se tornam antiquadas, antes mesmo de se consolidar" (Marx e Engels, 2003, p. 29).



No fluxo desse progresso permanente, interno ao próprio sistema, o capitalismo se expande por todo o globo, removendo as barreiras que encontra pela frente para garantir a sua reprodução.

"É da natureza do capital não reconhecer qualquer medida de restrição, não importando o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar, nem a urgência relativa (chegando à emergência extrema) em relação a sua escala temporal. A própria ideia de 'restrição' é sinônimo de *crise* no quadro conceitual do sistema do capital. A degradação da natureza ou a dor da devastação social não tem qualquer significado para o seu sistema de controle sociometabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua autorreprodução numa escala cada vez maior. É por isso que durante o seu desenvolvimento histórico se excedeu o capital em todos os planos – incluído seu relacionamento com as condições básicas da reprodução sociometabólica –, mas estava destinado a fazê-lo cedo ou tarde" (Mészáros, 2011, p. 253).

Esse é o movimento sob o qual se encontra a extração do excedente econômico ou a acumulação por expropriação dos países subdesenvolvidos pelos e para os países de economia central, que precisa ser vista para além de um simplificado problema de circulação ou relações mercantis, em que os países periféricos produzem matérias-primas para os países centrais e estes, manufaturas para aqueles. O fundamento da questão perpassa a formação do excedente e a mais-valia produzida pelos países periféricos, que sustentam os países centrais. A exploração e a pilhagem envolvidas nesse processo configuram o ciclo da produção e da reprodução da subserviência. As estruturas socioeconômicas e os sistemas políticos internos dos países periféricos auxiliam na autosabotagem, levando-os a repetitivas formas de dependência, de causas estruturais com amarras complexas.

A crítica marxista desvela de maneira contundente essas relações produtivas e seu caráter de incontrolabilidade, o qual exige para uma mudança de curso, muito mais que mecanismos exteriores, políticos e éticos. Por ser um sistema sociometabólico de controle incontrolável, uma mudança passa por uma transformação radical de sua própria lógica interna de seu desenvolvimento, por uma superação dos seus fundamentos. "Os obstáculos externos jamais detiveram o impulso ilimitado do capital; a natureza e os seres humanos só poderiam ser considerados 'fatores de produção' externos em termos da lógica autoexpansionista do capital. Para ter impacto limitador, o poder de restrição do capital teria de ser interno à sua lógica" (Mészáros, 2011, p 253).



Porém, sob o mesmo movimento de expansão e reprodução ampliada de capital chega um momento em que as contradições se revelam insanáveis, irremediáveis e ameaçadoras. Como assinala Mészáros:

"Além de certo ponto, a *tendência universalizadora* de avanço produtivo do próprio capital teria de se tornar uma *invasão universal* basicamente insustentável, com o esgotamento dos domínios a invadir e subjugar. Por isso o 'mais' começou paradoxalmente a significar 'menos' e o 'controle universal' (assumindo a forma de 'globalização' antagonista) a indicar os riscos de uma completa perda de controle. Isso foi produzido pelo próprio capital, ao criar por todo o mundo uma situação totalmente insustentável, que exige uma coordenação abrangente (e, obviamente, um planejamento consensual para torna-la possível) — quando, por sua própria natureza, o sistema do capital se opõe diametralmente a tais exigências" (Mészáros, 2011, p. 253).

4 – Crítica a proposta de desenvolvimento sustentável

Para Ignacy Sachs (1994) os relatórios⁵ que orbitaram no contexto das Conferências de Estocolmo e do Rio de Janeiro, transmitiram uma mensagem de esperança sobre a necessidade e a possibilidade de se projetar e implementar estratégias ambientalmente adequadas, para promover o que, a partir do Relatório Bruntland (1987), ficou conhecido como *desenvolvimento sustentável*.

Em que pese a existência de distintas abordagens teóricas em torno desse conceito, destacadas por Godard (1997) e Frey (2001), como:

- Econômico-liberal: coloca como pressuposto que a pressão de concorrência, crescimento econômico e prosperidade levariam automaticamente ao uso racional dos recursos naturais, ao progresso tecnológico e às novas necessidades de consumo compatíveis com as exigências do meio ambiente.
- Ecológico-tecnocrata de planejamento: é composta por várias correntes de pensamento, entre elas o ecodesenvolvimento. Em síntese, tem-se nessa abordagem a proposta de compatibilidade do desenvolvimento econômico com a preservação dos recursos naturais, e que estes devem ser alvo prioritário da intervenção estatal. Seus resultados conduzem ao que se pode chamar de "biocêntrica", "bioeconomia" ou "economia ecológica". A postura biocêntrica encontra-se também na concepção filosófica da *deep ecology*. Esta interpretação vem sendo identificada

_

⁵ Relatório Founex, Declaração de Estocolmo e a Declaração de Cocoyoc. Ver SACHS, Ignacy, 1994, p. 29.



por sua "postura tecnocrata e centralizadora" (Frey, 2001, p. 5) e teria sido a que se sobrepôs às discussões que fundamentaram o *Relatório Brundtland*.

• Política de participação democrática: seria decorrente do prolongamento da teoria neoclássica do equilíbrio e do crescimento econômico.

A despeito dessa breve caracterização das abordagens que circundam o conceito de desenvolvimento sustentável, não é objetivo deste artigo analisar minunciosamente as nuances das diferentes propostas, mas apenas ressaltar o fato de que as mesmas, no âmbito de se constituir como um freio aos efeitos destrutivos desencadeados pelo crescimento econômico ou por um tipo de desenvolvimento que não leva em conta os aspectos ambientais, não se propõem a fazer isso questionando as bases do sistema do capital.

Tanto as abordagens acima descritas quanto os relatórios *Limites do crescimento* e *Nosso Futuro Comum* (que consolidou o conceito de *desenvolvimento sustentável*), embora prescrevam formas de desenvolvimento compatíveis com a preservação ecológica⁶, se mantêm no horizonte da reprodução social produtor de mercadorias. Não questionam por dentro a lógica do sistema. É este o ponto nodal que nos possibilita repor as questões feitas na introdução deste artigo: É possível o capitalismo alcançar patamares mais humanizados e ecológicos? É possível controlar a lógica expansionista e de reprodução capitalista, a partir de mecanismos exteriores a ele, sem que precise superá-lo? Ou ainda, é possível na atual fase um tipo de equilíbrio determinado pelos próprios mecanismos de mercado?

No fundo, ao se considerar a proposta de desenvolvimento sustentável, o que está se propondo é a possibilidade de se realizar uma contenção das formas destrutivas de crescimento econômico e de consumo. Trata-se, na verdade de, com base na formação de uma consciência comum e, a partir disso, da internalização de comportamentos, normas e instrumentos institucionais, revisar as formas de desenvolvimento que comprometem a natureza e as gerações futuras.

⁶ "Muitos de nós vivemos além dos recursos ecológicos, por exemplo, em nossos padrões de consumo de energia. No mínimo, o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos. Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos



Para Mészáros, "... enquanto se continuar preso dentro da estrutura irremediavelmente desintegradora de produção e distribuição do capital, não há defesa contra os antagonismos explosivos do 'macrocosmo' de sua reprodução social" (Mészáros, 2010, p. 249). Ou seja, não há como controlar os efeitos destrutivos do capital que ocorrem em escala global, sem se libertar de suas estruturas. E, ao analisar criticamente os estudos elaborados pelos cientistas do Clube de Roma, Mészáros (2011), alerta para os limites dessa abordagem, uma vez que a mesma não transcendeu o horizonte de reprodução do sistema do capital.

Ao realizar o seu próprio movimento articulado e com ele produzir uma expansão de domínio global, o capital se vê compelido a empreender uma resposta de controle. No entanto, não pode fazê-lo sem que pra isso gere uma contradição insanável da sua própria natureza⁷. E, nesse sentido, Mészáros é incisivo: "A tentativa de ir além de suas possibilidades é a marca da relação do capital também com as condições elementares de reprodução sociometabólica, no intercâmbio absolutamente inevitável da humanidade com a natureza. Nem as fantasias da "sociedade pós-industrial" – (...) -, nem as variadas estratégias concebidas e recomendadas da perspectiva do capital como maneira adequada de 'limitar o crescimento' pode aliviar a grave situação" (Mészáros, 2011, p. 250).

Por outro lado, ao não poder ir no cerne da questão, o equacionamento proposto aparece como uma questão mal concebida, uma vez que passa a *atribuir a responsabilidade dos problemas percebidos* e perigos crescentes aos indivíduos sem poder – de quem se afirma não estarem dispostos a aceitar os limites restritivos – e, naturalmente, deixar intocado o quadro geral e a base causal do sistema do capital (Mészáros, 2011, p. 250).

Presos a esses limites, nós estaríamos fadados a aceitar o horizonte de reprodução social e, portanto, e a aprender a conviver com esses limites, sem sequer cogitar se enfrentar com os problemas e propor uma outra forma de relação sociometabólica. Assim, as questões estruturais se transformam em responsabilidades individuais, psicológicas e de comportamento, para garantir os imperativos do capital.

Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável pensado no horizonte da reprodução social do sistema do capital, embora esteja coberto de boas intenções humanas e ecológicas, não tem como se realizar

⁷ Mészáros, 2011, p. 250.



plenamente. E isso é assim porque seus instrumentos de controles são exteriores e não se destinam a uma transformação da lógica interna do sistema produtor de mercadoria, de maneira que permanecerá o processo de reprodução da desigualdade e do seu impulso de expansão incontrolável.

Um outro aspecto importante de crítica ao desenvolvimento sustentável como possibilidade no quadro geral do sistema do capital, é justamente o tema da desigualdade. O autor desenvolve o conceito de *desigualdade substantiva*⁸, como um dos aspectos constitutivos do capitalismo e, cuja permanência torna impossível a realização do desenvolvimento sustentável. O que remete à possibilidade do desenvolvimento sustentável condicionando-o a: "... estarmos realmente no controle dos processos culturais, econômicos e sociais vitais, através dos quais os seres humanos não só sobrevivem, mas também podem encontrar satisfação, de acordo com os objetivos que colocam para si mesmos, em vez de estarem à mercê de imprevisíveis forças naturais e quase-naturais determinações socioeconômicas" (Mészáros, 2001, p. 9).

Ao lado dessa questão fundamental, o desenvolvimento sustentável tem o imperativo da eliminação do desperdício e da existência de uma economia racional com base no controle interno e autodirigido – impossível de existir sob o domínio do capital. Mészáros utiliza o conceito de *desigualdade substantiva* para aludir à desigualdade estrutural e à adversidade existente no capitalismo. A desigualdade substantiva seria reforçada pela interação recíproca entre estruturas materiais reprodutivas desiguais e dimensão cultural que contiveram o indivíduo no pequeno domínio de ação. O contraponto à "desigualdade substantiva" seria a cultura da "igualdade substantiva". Esta se reportaria a uma direção emancipatória pelo "envolvimento ativo de todos e consciência da própria partilha de responsabilidade implícita na operação de tal modo de tomada de decisões (MÉSZÁROS, 2001, p. 9).

5 – Considerações finais

Esse é um tema que não se pode falar em conclusões definitivas. O que nos propomos foi realizar um debate de como as propostas que vem sendo discutidas em torno de um novo paradigma de desenvolvimento, encontram seus limites na própria lógica de funcionamento do sistema. Para tanto, delineamos as fontes que possibilitaram a difusão da justa preocupação com a sustentabilidade ecológica. Os relatórios mencionados e as abordagens descritas, embora insuficientes, nos dão uma

_

⁸ MESZAROS, István, 2001, p. 8.



ideia básica do ponto que consideramos o nó górdio que perpassa todo o debate. Ou seja, o desenvolvimento sustentável avaliado no quaro geral da reprodução do sistema de mercadorias.

Do debate que realizamos, poderíamos destacar a importância que assumiu a preocupação com os riscos decorrentes dos atuais padrões de produção e consumo; a formação de uma consciência pública mundial dos riscos existentes; as respostas que se produziram e se difundiram, sobretudo, a partir das conferências mundiais; as distintas abordagens apresentadas, como parte de um amplo processo de discussão; e, a análise a partir de um viés crítico.

É evidente que chegamos a uma situação aguda das contradições que já estavam presentes desde as primeiras fases do sistema do capital. Os perigos que se pronunciam ante aos olhos de todos – como uma marca do mundo moderno, são irrefutáveis. Como salientamos no decorrer do artigo, as pesquisas recentes apontam para a perda da vida selvagem, desertificação de regiões; poluição das águas; desflorestamento; concentrações populacionais em áreas urbanas e aumento do abismo entre os 1% mais ricos e a grande maioria das pessoas.

As respostas que vêm sendo dadas, embora minimizem esses efeitos destrutivos, não parecem capazes de conter esse impulso permanente de expansão e reprodução social, fundado na produção de mercadorias. Inclusive, parte das soluções, envolvendo novos conhecimentos sobre a biosfera e sobre a natureza e os novos padrões tecnológicos, na verdade, ampliam ainda mais os mercados. A própria escassez dos recursos naturais, sob a lógica do sistema do capital, possibilita a incorporação dos mesmos num novo ciclo de mercadorias. Tem sido assim com a água, com o ar e com as sementes.

Pensar o desenvolvimento sustentável, numa perspectiva crítica, marxista, nos leva a questionar os horizontes de reprodução social existentes. A lógica interna de sua reprodução não permite um tipo desenvolvimento sustentável pleno. Como argumentamos anteriormente, o trabalho alienado, a produção orientada para o lucro, e o impulso permanente de expansão, sob essas bases, limitam as alternativas humanas e ecológicas sustentáveis.

Sem ir ao cerne da questão, o desenvolvimento sustentável, esse que é internalizado na agenda das instituições multilaterais de financiamento e dos países, a despeito da formação de uma consciência pública, preocupada com um padrão de consumo ecologicamente correto, não põe em questão a



necessidade de superação do sistema do capital. Este seria o passo decisivo para se inaugurar, novas relações sociais de produção, sob um outro tipo de controle sociometabólico.

6 – Referências Bibliográficas

BECK, Ulrich. *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010. Tradução de Sebastião Nascimento.

BECK, Ulrich, **GIDDENS**, Antony, **LASH**, Scott. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 2012. Tradução de Magda Lopes.

CMMAD. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FREITAS, R. de C. M. A construção de uma agenda para as questões de gênero, desastres socioambientais e desenvolvimento. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 3, p. 889-899, 2010.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, n. 9, p. 115-148, jul./dez. 2001.

GALEANO, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina: tradução de Galeano de Freitas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

GODARD, O. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. *In*: **CASTRO**, E. e **PINTON**, F. (Org.). *Faces do trópico úmido*. Conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: UFPA, 1997, p. 107-130.

MEADOWS, Donella H. et al. *Limites do crescimento: Um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade*, São Paulo: Perspectivas, 1973. Tradução de Inês M. F. Litto.

MESZAROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. 1ª Edição Revista, São Paulo: Boitempo, 2011. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa.

_______, I. *O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva*. Texto lido na conferência da Cúpula dos Parlamentares Latino-Americanos. Caracas, 2001. Tradução de Paulo Maurício. Disponível em: http://www.meszaros.comoj.com/?q=category/5/94>. Acesso em: 20 set. 2014.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*; Livro I: o processo de produção do capital, São Paulo: Boitempo, 2013. Tradução de Rubens Enderle.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann, 2003.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel. Para pensar o desenvolvimento sustentável. 2ª Edição, São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 29-56.



SILVA, M. das G. e. *Questão ambiental e desenvolvimento sustentável*: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

THERBORN. Göran. *Do marxismo ao pós-marxismo?* São Paulo: Boitempo, 2012. Tradução de Rodrigo Nobile.



I. Introducción

(Descripción del tema o problema, objetivos e indicar si es resultado de una investigación en curso o concluida)



II. Marco teórico/marco conceptual



III. Metodología



IV. Análisis y discusión de datos



V. Conclusiones

(Principales resultados y discusión)



VI. Bibliografía

(Incluir sólo la citada en el texto)